

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA DA 74ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 30/08/2016

Proposta de Pauta:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da ata da 73ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	9.00	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
5	9.10	Programa Renda Familiar Paranaense – Agricultor Familiar	Jefferson Meister – SEAB
6	9.30	Relatos de Experiências do Programa nos municípios de Dr Ulysses e São João do Triunfo	Cezar Augusto Ducheiko – Emater Arnaldo Panzarini – Emater
7	10.10	Eleição de representantes do CEDRAF para o CONDRAF	Miriam Fuckner
08	10.30	Apresentação do Território Encontro das Águas	Camara de Desenvolvimento Territorial
09	11.00	Carta Ambiental do Território Sudoeste	Neveraldo Oliboni – FETRAF
10	11.20	Seminário de Boas Práticas 2016	Miriam Fuckner
11	11.40	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
12	12.10	Assuntos Gerais	
13	12.30	Encerramento	

1 Nos dias trinta do mês de agosto de dois mil e dezesseis, realizou-se a septuagésima quarta reunião do
2 Cedraf, nas dependências do Instituto Emater no município de Curitiba – Paraná. **Item 1.**
3 **Credenciamento:** Estiveram presentes vinte conselheiros. **Conselheiros da Sociedade Civil.** Antonio
4 Vaz Filho - APPA, Marco Antonio Geffer - ARCAFAR, Ivo Barreto Melão - Câmara Agroecologia, Luiz
5 Tomacheski - CRESOL, Denilson Pasin - DESER/PR, Marcos Brambilla - FETAEP, Bernardo
6 Vergopolen - FETRAF, Francisco Alves Filho - Fórum de Entidades de ATER, Maiko Vinicius Zanella -
7 OCEPAR, Paulo Roberto Sanitá - Rede de Colegiados Territoriais, Alexandre Leal dos Santos - Rep.
8 Juventude, Maria Aparecida Geffer - Rep. Mulheres, Vinicius Milani - SEBRAE-PR, Nilceu Evanir Kempf
9 UNICAFES. **Conselheiros do poder público:** Norberto Anacleto Ortigara - SEAB, Leoni Suzuki -
10 SEED, Cláudia Sonda - SEMA/IAP, Nestor Bragagnolo - SEPL, Eloir Carlos Grande - SETI, Rosane
11 Gonçalves - SEJU, Adelar Motter - IAPAR, Antonio Maciel Machado - EMBRAPA, Leonidas Kaminski -
12 CONAB, Vera Lucia Ferreira - SFA/PR, Luiz Vanderlei Kawa - AMP. **Faltas justificadas:** CEAGRO e
13 EMATER. **Faltas sem justificativas:** ALEP, INCRA, MDA/DFDA-PR, CCA, FAEP, FED/PESC, FEPAR,
14 Quilombolas, REDE ECOVIDA, Rede Puxirão, SICREDI. Também se fizeram presentes os conselheiros
15 Giorgiane Pacheco Matias- SEED e Luis Cláudio Maranhão Froufe – Embrapa e como convidados:
16 Fernanda Yonamini e Everton de Oliveira – SEDS, Nilson Padilha e Osvaldo Rachelle – Território
17 Paraná Centro, Michele Cunha – ALEP, Cezar Augusto Ducheiko, Jose da Encarnação Leitão e Arnaldo
18 Panzarini da Emater; Carlos Benvenuti – Prefeito Municipal de Querência do Norte; Jefferson Meister –
19 SEAB; Luis Pirin – Território Sudoeste; Ovidio Constantino – UNICAFES; Pedro Castanhari – Prefeito
20 de Itaúna do Sul; João Paulo Giacobbo – CODETEA; Jorge Bezerra Guedes - SICREDI/PR; Juscelino
21 Gonçalves – Vereador de Querência do Norte; Antonio Leodi Sabot – Vereador de Querência do Norte;
22 Norberto Vicente Lyra – Vereador de Querência do Norte; Ivanildo Passareli – Prefeito de São Pedro do
23 Paraná; Domingos Daniel Pereira – Prefeito de Diamante do Norte; Paulo Prates Nogueira – Prefeito de
24 Porto Rico; Anaclara Ramazotti de Camargo – COMAFEN; Caio Venâncio Pereira Pacheco – Vereador
25 de Santa Isabel do Ivaí; Beto Campos – Prefeito de Santa Isabel do Ivaí; Sergio Jose Ferreira – Prefeito
26 de Santa Monica; Antonio Roberto – Vereador; Heber Arboleia – Vereador de Loanda; Jose Carlos da
27 Silva – Secretário; Jose Maria Fernandes – Prefeito de Santa Cruz do Monte Castelo; Gilmar Bono –
28 Vereador de Diamante do Norte; Brasílio Bovis – Prefeito de Marilena. Compôs a mesa o Presidente do
29 Cedraf Norberto Ortigara e a Secretária Executiva do conselho Miriam Fuckner. **Item 2. Abertura e**
30 **aprovação da pauta:** O Presidente Norberto fez a abertura da reunião e em seguida apresentou a
31 pauta que foi aprovada pelo plenário do Conselho. **Item 3. Aprovação da ata da 74ª Reunião do**

32 **CEDRAF** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico, foi aprovada sem alterações. **Item 4.**
33 **Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater** Miriam informou que a Câmara aprovou a
34 renovação do credenciamento da EMATER. **Item 5. Programa Renda Familiar Paranaense –**
35 **Agricultor Familiar: Jefferson Meister** da SEAB relatou que Renda Agricultor Familiar é um produto
36 incluído em um programa maior que é o Família Paranaense, no qual existem várias ações ligadas à
37 assistência social, sendo este voltado diretamente à famílias do meio rural. O produto Renda Agricultor
38 Familiar foi desenhado ao longo de quatro anos até chegar neste formato, que é similar BSM – Brasil
39 Sem Miséria. Inicialmente foi denominado Bolsa Agricultor previsto na lei 17734/12 que criou o
40 programa. O público beneficiário são os agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social,
41 que residam na área rural, dos cento e cinquenta e seis municípios prioritários do Programa Família
42 Paranaense, sendo que a relação dos municípios está no site da SEDS. Famílias em alta
43 vulnerabilidade são aqueles que possuem renda abaixo da linha de pobreza, atualmente definida em
44 cento setenta reais per capita, e o limite para extrema pobreza em oitenta e cinco reais; são moradores
45 de minifúndios pequenas áreas com dificuldade de trabalhar a geração de renda no seu espaço; sem
46 inserção produtiva e integração ao mercado; produzem para próprio consumo. A principal fonte de
47 renda desses agricultores é o trabalho temporário de diarista, prestação de serviços em outras
48 propriedades, ou na cidade em espaço urbano; possuem baixo nível de escolaridade e moradias em
49 condições precárias. Jefferson apresentou dados de outubro de dois mil e quinze, sistematizados a
50 partir do CADÚnico indicando o numero de famílias incluídas no Programa Família Paranaense,
51 extratos de renda, trabalho principal, disponibilidade de água encanada na moradia e banheiros.
52 Esclareceu que o programa tem um cálculo do índice de vulnerabilidade composto por dezenove
53 indicadores que apontam as prioridades de atendimento. A inclusão de famílias depende da capacidade
54 operacional do CRAS em cada município, mas se for verificar o número total de famílias em alta
55 vulnerabilidade no meio rural é maior do que se pode atender inicialmente. As metas para a ação junto
56 a esse público é atender cinco mil e seiscentas famílias até julho de dois mil e dezenove, com um valor
57 estimado de quinze milhões de investimento para as familiares em benefício direto, sendo um recurso
58 financeiro para aplicar em projetos produtivos ou de saneamento. A estratégia de ação inclui uma busca
59 ativa, sendo que o sistema elenca as famílias que são nominadas em uma lista, mas mesmo assim é
60 feito um movimento de verificação se essas famílias realmente estão enquadradas naquele perfil de
61 atendimento. Após um processo de seleção que é feito no Comitê Local será realizada a visita, a
62 elaboração do projeto da unidade produtiva familiar, o acompanhamento por parte da Emater para
63 implantação do projeto e no período de até dois anos o desligamento da família do programa. Jefferson
64 destacou que o programa propõe a articulação das diferentes políticas públicas existentes, para fazer
65 um atendimento integral à família e de fato tirá-la da situação de vulnerabilidade. **Paulo Sanitá**
66 questionou sobre a possibilidade de incluir o acesso à habitação rural e o Secretário **Norberto**
67 esclareceu que existem recursos do fundo de combate a pobreza, sendo uma parte destinada para
68 habitação e regularização fundiária. Também estão sendo negociados com Brasília mais recursos para
69 habitações rurais. **Claudia Sonda** parabenizou o programa, destaca que o publico menos atendido na
70 elaboração do CAR é este do programa e pensa que poderia, em momento oportuno, dialogar e ver
71 como colaborar. Além do mais se o CAR não for feito, estas famílias vão perder benefícios e não vão
72 pode se inserir nas políticas públicas. **Bernardo Vergopolen** sugeriu que para aperfeiçoar o programa
73 precisa aprofundar em relação à habitação e à regularização fundiária, pois a maior parte
74 dessas famílias não tem como acessar a habitação rural por que não tem o mínimo de documentação
75 exigida hoje pelo programa. De fato são famílias que não tem o hábito de produzir nem para consumo,
76 mas é preciso trabalhar na perspectiva de incluir estas famílias nos mercados institucionais. O
77 Secretário **Norberto** relata que já está em discussão a criação de uma política de segurança alimentar,
78 que atenderá a produtor e o consumidor, que inclusive já está no orçamento do próximo ano. **Leitão**
79 relatou que quando coordenou o Programa Paraná 12 Meses na região de Guarapuava, pode perceber
80 o quanto é importante e o quanto as famílias se sentem mais cidadãos quando passam a ter uma
81 condição de moradia e renda, a partir de uma estratégia do Estado. Mas a superação da pobreza tem
82 que ser um desafio para sociedade, não adianta só os programas como Brasil Sem Miséria, Bolsa
83 Família, tem que se somar a ação do Estado, dos Municípios e de todas as organizações que tem uma
84 preocupação com a promoção do desenvolvimento das pessoas. Leitão informa ainda que encaminhou
85 o pedido de exoneração do MDA e que está retornando à Emater, onde é funcionário. **Everton** da
86 SEDS destaca a importância do trabalho articulado e em rede com as diversas entidades da sociedade
87 civil e órgãos do poder público, no âmbito municipal e estadual e relata que o Programa Família
88 Paranaense na sua gestão a figura dos Comitês Estadual, Municipal e Local, e que o município que
89 adere ao Programa assina um Termo de Cooperação, se comprometendo com várias ações. Destaca a
90 importância dos conselhos municipais conhecerem e divulgarem o programa. **Maria Aparecida Geffer**,
91 questiona sobre que contribuição que os Colegiados Territoriais podem dar na implementação do
92 Programa Família Paranaense e Jefferson responde que cabe aos colegiados territoriais divulgar o
93 programa, debater e implementar estratégias para implantação, acompanhar se o mesmo está sendo
94 implantado no Território de acordo com a normas, dar feed back para aperfeiçoamento da política,



95 conhecer a política pública para que ela chegue de maneira mais efetiva e eficiente às populações
96 rurais. **Item 6. Relatos de Experiências do Programa nos municípios de Dr Ulysses e São João**
97 **do Triunfo - Arnaldo Panzarini** do Município de São João do Triunfo relatou as ações realizadas
98 naquele município, onde foram atendidos vinte e nove famílias. Relata que o projeto levou a essas
99 famílias a oportunidade de iniciar uma atividade produtiva como horta, erva mate, suinocultura, milho,
100 aquisição de roçadeira para prestação de serviços, saneamento básico e abastecimento de água.
101 **Cezar Augusto Ducheiko** do município de Dr Ulysses relatou que foram realizados projetos em seis
102 famílias que já haviam recebido orientação da Emater através do Brasil Sem Miséria. Os novos projetos
103 foram para aquisição de bovinos, construção de pocilgas, açudes para produção de peixes e olerícolas,
104 saneamento e abastecimento de água, vendas de doces e salgados. Outras políticas públicas foram
105 executadas como, por exemplo, o cadastro no CAR, na ADAPAR para vacinação dos animais, entre
106 outras. Cezar destaca a sua satisfação pessoal e profissional na realização destes projetos, porque são
107 famílias que não tinham perspectiva de futuro, e agora, mesmo que o recurso seja pouco, as famílias já
108 buscam mercado para seus produtos, buscam autonomia. **Vinicius** do SEBRAE parabeniza pela
109 iniciativa do programa e coloca à disposição as salas do empreendedor disponíveis em cento e oitenta
110 e cinco municípios, instaladas nas prefeituras, onde contam com um agente de desenvolvimento que
111 operacionaliza o programa micro empreendedor individual, com ações e orientações colocadas à
112 disposição, como por exemplo, contribuir na elaboração do plano de negócios das famílias. **Bernardo**
113 da FETRAF chama a atenção para as orientações sobre o uso dos solos e tecnologias apropriadas para
114 manejo, além da importância da ATER ter um olhar sistêmico da propriedade, dialogando com as
115 famílias de forma crítica sobre suas decisões. Muitas vezes podem orientar ações que nem precisam de
116 recurso, mas que podem dar resultados positivos. Apresenta a preocupação para o fato de se estar
117 melhorando as condições de banheiro em habitações de condições precárias, que daqui algum tempo
118 poderão acessar o programa de moradia, ficando esta reforma abandonada. **Item 7. Eleição de**
119 **representantes do CEDRAF para o CONDRAF** Miriam relembra o assunto que já havia sido tratado na
120 reunião anterior, sendo que o conselho nacional solicita indicar dois representantes, um da sociedade
121 civil e outro governamental, para representar o CEDRAF no Fórum Interconselhos do CONDRAF.
122 Marcos Brambilla da FETAEP se candidatou à vaga de representante da sociedade civil, ficando eleito
123 como titular e Marco Antonio Geffer, da ARCAFAR como suplente. Para representar o setor
124 governamental foi eleita Miriam Fuckner – Secretária Executiva do CEDRAF e Rosane Gonçalves da
125 Secretaria Estadual da Justiça. **Item 8. Apresentação do Território Encontro das Águas: João**
126 **Paulo Giacobbo**, coordenador do Território, apresenta o Território Encontro das Águas destacando
127 pontos importantes do diagnóstico dos doze municípios que o compõem, e que são: Diamante do Norte,
128 Itaúna do Sul, Loanda, Marilena, Nova Londrina, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte,
129 Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e São Pedro do Paraná. Relata que a
130 construção do território começou em dois mil e nove com a manifestação de alguns prefeitos que
131 integram o consorcio COMAFEN que, após negociações firmaram convenio com a EMATER para este
132 trabalho que foi realizado em nove etapas de formação de agentes de desenvolvimento para
133 constituição do território. A eleição e posse do colegiado, composto por quarenta e oito entidades,
134 ocorreram no final de dois mil e quinze dando-se continuidade as reuniões para elaboração do Plano de
135 Desenvolvimento Territorial. Descreveu todo o processo de estruturação dos conselhos municipais,
136 planos de desenvolvimento municipais, os quais embasaram a construção do Plano Territorial, que tem
137 como prioridades ações na área social que abrangem a saúde, segurança, educação e habitação; na
138 área econômica, produção animal e vegetal, agroindustrialização e turismo; na área ambiental
139 conservação de solos, manutenção e conservação das áreas de RPPN. O Prefeito de Diamante do
140 Norte e Presidente do COMAFEN, Domingos Daniel Pereira faz um destaque a todos os prefeitos e
141 demais lideranças do Território que vieram prestigiar esta apresentação na busca por transformar a
142 região em um espaço de boas oportunidades para o desenvolvimento sustentável, tendo o seu povo
143 como protagonista deste processo. O Secretário **Norberto** informa que a Câmara Técnica de
144 Desenvolvimento Territorial irá fazer a análise da solicitação do Território, de acordo com o que prevê a
145 Resolução 82/2014, do CEDRAF, a qual fará seu parecer ao plenário deste conselho para então
146 encaminhar sua aprovação. **Anaclara** Coordenadora do COMAFEN destaca que somente o fato de o
147 território ter dado esse passo de começarem a trabalhar todos juntos já é algo que melhorou a região,
148 trazendo melhoras pontuais e reais, como por exemplo, a reunião com o governador sobre segurança
149 pública. O fato de os conselheiros acolherem a proposta é apenas mais um passo para o crescimento
150 da região, que teve a oportunidade de demonstrar e apresentar os seus pontos fortes. **Marcos** da
151 FETAEP enaltece a ação dos prefeitos e das lideranças, destaca que é o capital social que vai fazer a
152 diferença, e essa visão do poder público como gestor dos recursos que existem na região é que poderá
153 mudar o cenário. **Maciel** da Embrapa solicita esclarecimentos sobre a realidade dos assentamentos no
154 território, destacando a dificuldade de trabalhar com agricultores de forma individualizada, sendo que
155 esta organização coletiva deve ser olhada como potencial, assim como valorizar as experiências com
156 agroecologia e sistemas agroflorestais. **Adelar Motter** destaca a importância de haver um estudo
157 aprofundado com dados estatísticos do território, sem o que fica difícil estabelecer diálogos e metas,

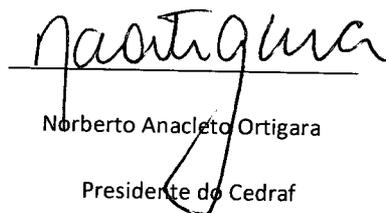
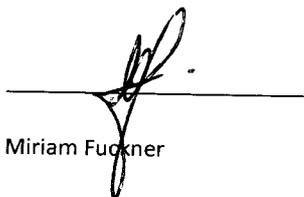
158 bem como apostar nas pessoas, sendo que isto irá impactar no desenvolvimento ambiental e no
159 associativismo. **Miriam** esclareceu que recebeu a documentação necessária para análise da Câmara
160 de Desenvolvimento Territorial, mas que não foi possível apresentar o parecer para subsidiar a decisão
161 dos conselheiros, o que será feito na próxima reunião do CEDRAF. Destaca que todos os outros
162 territórios deverão apresentar a renovação dos seus planos de desenvolvimento e colegiados, sendo
163 que a Câmara irá deliberar um calendário para a apresentação dos territórios no conselho. **Item 9.**
164 **Carta Ambiental do Território Sudoeste: Luiz Pirin** coordenador do Território Sudoeste relata que
165 aquele foi constituído com quarenta e dois municípios, e que muitas vezes fica difícil debater questões
166 que agreguem os interesses e promovam o desenvolvimento na região. Primeiramente no Sudoeste
167 tinha uma boa participação das entidades sejam elas governamentais não governamentais, havendo
168 certa disputa por recursos. Hoje o mais importante é promover o debate relacionado aos grandes temas
169 e à estratégia para o desenvolvimento da região. Existe um plano territorial que foi construído pelo
170 conjunto das organizações governamental e não governamental e é importante fazer a sua atualização.
171 Explana resumidamente sobre os eixos do Plano do Território Sudoeste e dos resultados alcançados.
172 Apresenta a Carta Sudoeste Ambiental que foi distribuída a todos os conselheiros, elaborada com a
173 participação de vinte e sete organizações do território a qual está baseada em quatro grandes eixos:
174 uso exagerado dos agrotóxicos, solo, água e lixo, com demandas distribuídas para as esferas federal,
175 estadual e municipal. Justifica ter trazido este debate ao CEDRAF, pois entende serem questões
176 importantes não apenas para o Sudoeste, mas para o Paraná e para o Brasil. O Secretário **Norberto**
177 parabeniza pela iniciativa da carta e informa sobre o lançamento do programa de manejo de solos e
178 água do Paraná, sendo que o sudoeste, como as demais regiões do Estado, serão contemplados com
179 unidades de investigação que permitirão diagnosticar as práticas mais adequadas a serem
180 recomendadas, além de capacitação de aproximadamente dois mil profissionais para estimular e
181 orientar os agricultores na adoção de práticas conservacionistas adequadas. **Item 10. Seminário de**
182 **Boas Práticas 2016 Miriam** relata que o prazo para inscrições foi adiado, sendo que a comissão
183 organizadora estadual poderá receber via Cedraf, relatos de experiências até o dia vinte e três de
184 setembro. **Item 11. Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do**
185 **CEDRAF: Norberto** relata que estão sendo contratados cento e trinta e dois extensionistas para a
186 Emater, sendo que onze não compareceram, mas que os substitutos já estão sendo chamados. Neste
187 mês de setembro a CODAPAR inicia a entrega das patrulhas rurais para os consórcios dos territórios
188 abrangidos pelo PRORURAL. **Item 12. Assuntos Gerais: Cida Geffer**, representante das mulheres
189 rurais no CEDRAF, declarou que participou do Encontro Estadual da Mulher Agricultora, realizado em
190 julho passado, o qual foi muito proveitoso, com o relato de muitas experiências exitosas. Solicita a
191 confirmação do Secretário sobre o recebimento da Carta do Encontro, bem como o encaminhamento
192 sobre a reivindicação expressada na mesma. **Oswaldo Rachele** do Território Paraná Centro, agradece
193 pelo recebimento da patrulha rural, e a criação do Núcleo Regional da SEAB no município de Pitanga.
194 **Item 13. Encerramento:** Sem mais nada a declarar o Presidente encerrou a reunião agradecendo a
195 presença dos conselheiros e convidados desejando um bom retorno a todos. Eu Miriam Fuckner
196 Secretária Executiva redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e aprovação dos
197 conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do Cedraf.

198

199

200 Miriam Fuckner

201 Secretária Executiva do Cedraf



Norberto Anacleto Ortigara

Presidente do Cedraf